

O genocídio arménio¹: o reconhecimento político e o problema histórico

José Pedro Teixeira Fernandes

1. A 10 de Outubro de 2007 foi aprovada pelo Comité dos Negócios Estrangeiros da Câmara dos Representantes dos EUA, a Resolução nº 398² apelando ao reconhecimento político do genocídio arménio de 1915. Tal como a notícia surgiu na maior parte dos *media*, pareceu certamente estranho que a Câmara dos Representantes «desenterrasse» um acontecimento ocorrido há quase um século, ainda por cima largamente desconhecido do grande público, e o colocasse, aparentemente sem nenhuma razão substantiva, no centro da agenda política. Para os mais atentos às actuais questões de política internacional, o *timing* desta Resolução pareceu sobretudo inoportuno, face ao actual interesse norte-americano na colaboração da Turquia para o reabastecimento das suas tropas no Iraque. Dentro dos próprios EUA, o governo de George W. Bush empreendeu todos os esforços para evitar que a Resolução fosse adoptada. Todavia, esta acabou mesmo por ser aprovada, sobretudo devido à actual maioria democrata na Câmara dos Representantes, e, provavelmente também, à mudança de posição das principais organizações judaicas norte-americanas sobre o reconhecimento político do genocídio (ao que tudo indica, como uma espécie de represália pela recente aproximação entre a Turquia, o Irão e a Síria e pela abertura mostrada ao reconhecimento do governo do HAMAS palestino). Por sua vez, o governo turco de Recep Tayyip Erdoğan reagiu politicamente de forma bastante dura, condenado a Resolução e

¹ Este *Working Paper* tem por base o artigo «O que aconteceu aos arménios?», por nós anteriormente publicado na revista *História* nº 68 (2004), pp. 28-38.

² O texto da Resolução nº 398 do Comité dos Negócios Estrangeiros da Câmara dos Representantes está disponível no *site* do *Armenian National Committee of America* em http://www.anca.org/action_alerts/action_docs.php?docsid=15

ameaçando cortar o acesso às bases norte-americanas no seu território, o que, a ocorrer, dificultaria o reabastecimento das forças militares no Iraque. Para além disso, manteve a reiterada atitude de negação³ oficial do genocídio dos arménios otomanos.

Ao contrário do que poderia parecer numa análise mais superficial, a questão do reconhecimento político do genocídio arménio está latente na política norte-americana há várias décadas. Anualmente é levada ao Congresso uma proposta de resolução sobre o mesmo, a qual até agora se tem mostrado infrutífera. Importa também notar que, em termos internacionais, o caso do reconhecimento político pelos EUA está longe de ser um episódio isolado. De facto, pela própria importância dos norte-americanos na política mundial, o que aconteceu foi que este episódio teve bastante mais mediação do que outros actos similares, que já foram efectuados por diversos Estados ou organizações internacionais, pelo menos desde meados dos anos 80 do século XX. Como se pode verificar pelo quadro 1, existem actualmente mais de duas dezenas de países, entre os quais doze Estados-Membros da UE, o próprio Parlamento Europeu e vários organismos/organizações internacionais, que já efectuaram similar procedimento. Em relação às razões que explicam o reconhecimento político ocorrem várias dúvidas. Serão, como sugere insistentemente o governo turco, motivações eminentemente políticas e de ataque à imagem internacional Turquia – por exemplo, para encontrar

³ Segundo o governo turco, «colocar o rótulo de "genocídio" às medidas tomadas pelo governo otomano durante a I Guerra Mundial em relação a um segmento da população arménia do Império, que pegou em armas apoiando os exércitos russos, é erróneo e enganador. Esta alegação é politicamente motivada, e consiste numa distorção dos factos históricos. Na realidade o governo otomano tomou a necessária mas, sob condições de guerra, adversidade climática, doença, e falta de alimentos, difícil tarefa de reinstalar a população arménia. Após a I Guerra Mundial, investigações oficiais e julgamentos individuais não comprovaram a alegação de "genocídio". Todavia, décadas mais tarde esta alegação foi usada para justificar a inundação do terrorismo feito por arménios contra pessoas inocentes, incluindo 34 diplomatas turcos e membros das suas famílias. Esta alegação é ainda usada de uma maneira que torna difícil a normalização das relações externas da Arménia, bem como uma abordagem equilibrada a este assunto» Cfr. Republic of Turkey – Ministry of Foreign Affairs <http://www.mfa.gov.tr/>

desculpas não a integrar na UE –, que explicam essa atitude? Será que esse reconhecimento é feito para satisfazer os interesses de um poderoso *lobby* arménio e não por preocupações de responsabilidade moral e verdade histórica? E que pensar de personalidades turcas como o escritor e prémio Nobel da Literatura, Orhan Pamuk, que falam abertamente num genocídio dos arménios otomanos?

Quadro 1- O reconhecimento político dos acontecimentos de 1915-1917 como crime de genocídio

Estados	Organismos/Organizações Internacionais
Argentina	
Arménia	
Áustria	
Bélgica	
Bulgária	Conselho Mundial das Igrejas
Chile	
Chipre	
Canadá	Sub-Comissão das Nações Unidas para a Prevenção da Discriminação e Protecção das Minorias
Eslováquia	
França	
Grécia	Tribunal Permanente dos Povos
Holanda	
Itália	Parlamento Curdo no Exílio
Líbano	
Lituânia	Parlamento Europeu
Polónia	
Rússia	
Suíça	
Suécia	
Uruguai	
Vaticano	
Venezuela	

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados recolhidos em Gérard Chaliand e Yves Ternon, 1915. *Le Génocide des Arméniens*, 2ª edição, 2002, Bruxelles, Éditions Complexe, Hye Etch http://www.hyeetch.nareg.com.au/genocide/punish_p2.html e Wikipedia http://en.wikipedia.org/wiki/Recognition_of_the_Armenian_Genocide

Em síntese, para além do reconhecimento político e da discussão sobre a sua pertinência e das motivações que lhe estão subjacentes, subsiste um problema de fundo que é a questão histórica. É sobre este mal conhecido assunto que vamos fazer incidir a nossa análise.

2. Poucos acontecimentos na história do último século geraram controvérsias similares às que envolvem o destino populações arménias na fase final do Império Otomano. Gwynne Dyer sintetizou bem o problema num artigo publicado em 1976 na *Middle Eastern Studies* sugestivamente intitulado *Turkish «Falsifiers» and Armenian «Deceivers»*, onde referia que «qualquer historiador que tenha de lidar com os últimos anos do Império Otomano, mais cedo ou mais tarde vai encontrar-se a desejar desesperadamente que a neblina se dissipe sobre os arménios otomanos do final do século XIX e início do século XX, especialmente sobre as deportações e os massacres de 1915»⁴. Apesar de já terem decorrido quase três décadas desde que Gwynne Dyer fez esta observação, e quase um século sobre os acontecimentos, o ar parece não estar ainda totalmente límpido, permanece uma irritante neblina que dificulta qualquer tentativa imparcial de traçar os contornos exactos dos acontecimentos. Todavia, estas dificuldades não impedem de avaliar correctamente o fundo da questão, como teremos oportunidade de mostrar.

A história dos arménios é bastante conturbada. A esse facto não é certamente estranha uma localização geográfica que desde a Antiguidade os colocou sobretudo em regiões que na linguagem geopolítica actual poderíamos designar por *buffer zones*, ou «zonas tampão». Esse é o caso da região Sul do Cáucaso, entre o Mar Negro e o Mar Cáspio, à volta dos lagos Van e Sevan, que grosso modo corresponde ao leste da península da Anatólia, onde foi constituído o reino medieval da Arménia, com capital em Ani, zona de confrontos sucessivos entre os Impérios Bizantino e Persa, Bizantino e Árabe, Bizantino e Turco Seljúcida e Otomano, Turco Otomano e Persa, Turco Otomano e Russo. Mas a localização geográfica dos arménios não se restringiu a essa zona, simultaneamente tampão e de

⁴ Gwynne Dyer «Turkish "Falsifiers" and Armenian "Deceivers": Historiography and the Armenian Massacres» in *Middle Eastern Studies*, vol. XII, 1976, pp. 99-107.

confronto, existindo também populações dispersas ao longo da história pelo Norte da Pérsia, pela Mesopotâmia, pela Síria e pela Cilícia, na região dos montes Taurus, próxima do golfo de Alexandreta, na costa mediterrânica.

Após a queda do reino Arménio da Cilícia em 1375, a «pequena Arménia» como também foi designada, com a conquista pelos Mamelucos do Egipto da sua capital, a cidade de Sis, a história dos arménios decorre até ao século XX dentro de outros Estados, dos quais estes não são senhores, ligando-se estreitamente a sua história à do Império Otomano, a partir do século XVI, com a conquista do Egipto pelo Sultão Selim I. Dentro do Império Otomano os arménios formavam um *millet*, ou seja uma comunidade étnico-religiosa chefiada pelo seu patriarca, que era nomeado pelo sultão otomano, dispondo de uma certo grau de autonomia nos assuntos religiosos, civis e administrativos e para a regulação dos conflitos intra-comunitários. Como avaliar a posição dos arménios nesse sistema de governação? E como avaliar as relações dos cristãos arménios com os muçulmanos do império, fossem eles turcos, curdos ou árabes? As opiniões são bastante díspares. Na óptica usual dos historiadores turcos, como, por exemplo, Cemal Inayetullah Özkaya, «o povo arménio vivia feliz na Turquia. Formava uma comunidade à parte, com um estatuto autónomo, um clérigo, uma organização nacional com instituições de facto livres nos limites da sua competência. Os arménios tinham, sob o regime e o governo do Império Otomano lhes tinha concedido, todas as possibilidades de desenvolver, indefinidamente, e em todos os sentidos o seu talento [...] Jamais um povo vencido, um povo submetido, uma minoria étnica ou religiosa teve tais privilégios em nenhum país do mundo⁵». Os arménios eram a *millet-i sadika*, a «nação amiga», ou «nação fiel» como também era

⁵ Cemal Inayetullah Özkaya, *Le peuple Arménien et les tentatives de réduire le peuple turc en servitude*, Ankara: Belgelerle Türk Tarihi Dergisi, 1971, pag. 3.

designada, até as perversas ideias europeias da nação e do nacionalismo terem destruído a harmonia das relações intracomunitárias e revoltarem os arménios contra o governo otomano, o qual «por pressão e para a satisfação das potências europeias» e num acto de «estupidez» e de «cegueira», criou uma «nova classe de privilegiados na Turquia»⁶.

Naturalmente que esta visão da existência duma espécie de «paraíso multireligioso», que ruiu com as *Tanzimat*, as quais criaram «uma classe de privilegiados» pelo facto de atribuírem direitos de cidadania idênticos a cristão e muçulmanos, não é partilhada pelos historiadores arménios, nem por diversos trabalhos de investigação histórica ocidentais. A contestação mais radical às visões quase românticas dos *dhimmis*⁷ (cristãos arménios, ortodoxos gregos e judeus) sob o Império Otomano vem de Bat Ye'or, uma britânica nascida no Egipto e de ascendência judia. Tal com esta explica, estes encontravam-se sujeitos à *dhimmitude* que acarretava várias consequências na esfera política, económica, social e religiosa: i) o pagamento de um imposto de tolerância da sua vida (*jizya*), fundamentado no Corão, sendo o seu não pagamento motivo para escravatura, morte, ou eventualmente expulsão; ii) o desarmamento, ficando a protecção da sua vida e património a cargo dos muçulmanos; iii) o pagamento do *kharaj*, um imposto sobre a terra que cultivavam; iv) uma proibição de uso de montadas consideradas nobres, como o camelo ou cavalo; v) uma impossibilidade de testemunharem contra um muçulmano; vi) a obrigatoriedade de conduzirem as manifestações religiosas em silêncio, com eventual excepção das regiões onde os cristãos eram a maioria; vii) a

⁶ Cemal Inayetullah Özkaya, *op. cit. ant.*, pp. 255-256

⁷ A designação *dhimmi*, também conhecida por *zimmi* ou *raya*, refere-se aos não muçulmanos que na teologia muçulmana são designados por «povos do Livro» (quer dizer, aos cristãos, judeus e zoroastrianos). Ver Bat Ye'or, *Islam and Dhimmitude: Where Civilizations Collide*, New Jersey: Fairleigh Dickinson University Press.

impossibilidade de construir novas igrejas e o condicionamento das obras de restauração ou modificação a uma autorização especial.

Que conclusão tirar destas duas imagens tão diferenciadas, quase irreconciliavelmente antagónicas? Qual delas está mais próxima da realidade arménia sob o Império Otomano? E, se a imagem da *dhimmitude* é válida, como explicar, por exemplo, a existência de arménios que ocuparam cargos importantes na governação otomana, ao longo dos séculos? A resposta provavelmente encontra-se no próprio trabalho de Bat Ye'or, quando esta refere que a rede de relações da sociedade otomana era bastante complexa, podendo, por exemplo, co-existir, em simultâneo, um certo número de membros de um *millet* eram privilegiados, por razões de política governativa dos sultões (controlo, através destes, dessas comunidades, comércio, contactos com o exterior, etc.), enquanto a maioria da sua população vivia numa pouco invejável situação de subjugação. Para além disso, os períodos de maior ou menor tolerância⁸, variavam frequentemente ao sabor da personalidade dos sultões, das autoridades provinciais, e das circunstâncias político-militares do império.

Nos últimos anos do século XIX surgiu uma série de acontecimentos que acabou por levar ao desaparecimento praticamente total da população arménia do Império Otomano/Turquia. No Verão de 1894 desencadeou-se uma onda de violência em Sasun (Sasoun), no *vilayet* de Bittlis. No Outono e Inverno de 1895 e 1896, surgiu uma nova onda de violência, com perseguições em Istambul e massacres de grande amplitude dos arménios na Anatólia Oriental. O sultão Abdülhamid II pressionado pelas potências europeias anunciou um programa de reformas para as seis «províncias arménias» da Anatólia Oriental. Entre finais de Outubro e Dezembro, as populações

⁸ Bat Ye'or, *op. cit. ant.*, pag. 22.

muçulmanas de Bitlis, Bayburt, Erzurum, Diyarbakir, Malatya, Sivas Amasya, Antep, Kayseri e Urfa, revoltam-se e desencadeiam actos de violência e perseguição contra os arménios. As estimativas de vítimas são bastante variáveis, oscilando entre algumas dezenas de milhar e as 300,000. Como explicar esta hostilidade que colocou em confronto aberto, de um lado muçulmanos turcos e curdos, e, do outro lado, cristãos arménios?

Na perspectiva arménia, Ronald Grigor Suny refere que a principal explicação passa pela «reversão da tradicional hierarquia muçulmano-*dhimmi*», que criou grandes «ressentimentos em relação aos cristãos, aos europeus e a outros elementos da vida europeia infiltrados no Império Otomano. A hostilidade social gerada pelo estatuto inferior dos muçulmanos no mundo industrial e comercial atingiu os arménios em particular»⁹. Por sua vez, Vahakn N. Dadrian¹⁰ assinala que o factor demográfico teve uma grande importância. Na época, as autoridades otomanas prosseguiram uma política deliberada de instalação das populações muçulmanas que emigravam dos Balcãs otomanos (bósnios, macedónios, albaneses, etc.) e do Cáucaso (circassianos, abkhazes, lazes, etc.), colocando-as em zonas tradicionalmente habitadas por arménios, quer na Anatólia oriental, quer na Cilícia. Naturalmente que isto levou a um clima de disputa pela posse do território e a fricções entre as populações. O objectivo terá sido a criação de novas realidades demográficas, tentando fazer letra morta do direito de reforma adquirido pelas seis províncias abrangidas pelo artigo 61º Tratado de Berlim de 1878, o texto diplomático que traçou os contornos da questão arménia.

⁹ Ronald Grigor Suny, *Looking toward Ararat. Armenia in Modern History*, Bloomington-Indianapolis: Indiana University Press, pag. 107.

¹⁰ Vahakn N. Dadrian, *Warrant for Genocide. Key Elements of Turko-Armenian Conflict*, New Brunswick-London: Transaction Publishers, 1999, pp. 29-36.

Quadro 2- A população Arménia sob o Império Otomano (1878-1914)

Estatísticas Arménias	Estatísticas Otomanas
1878 – Estatísticas da delegação Arménia apresentadas ao Congresso de Berlim:	
<p>Total da população Arménia que vivia em territórios do Império Otomano = 3,000,000</p> <p>Repartição geográfica da população:</p> <p>Turquia da Europa = 400,000</p> <p>Sudoeste da Ásia Menor (Cilícia) = 600,000</p> <p>«Pequena Arménia» (<i>vilayet</i> de Sivas, Trebizonda, Diyarbakir e <i>sandjak</i> de Cesareia) = 670, 000</p> <p>«Grande Arménia» (<i>vilayet</i> de Erzurum, com as regiões de Van, Much, Bitlis, Siirt, e região norte de Diyarbakir) = 1,330,000</p>	<p>1880 – Estatísticas do governo Otomano</p> <p>População Arménia que vivia em territórios do Império Otomano = 726,750 (<i>vilayet</i> de Van, Erzurum, Bitlis, Mamuret-ul-Aziz, Diyarbakir, Adana, Trebizonda e Sivas)</p> <p>Outras populações cristãs = 283,000</p> <p>População total desses <i>vilayet</i> = 4,639,275</p>
1882 – Estatísticas do Patriarcado Arménio baseadas nos registos paroquiais:	1881-1983 – Estatísticas do governo Otomano referentes ao «recenseamento»
<p>Total da população Arménia que vivia em territórios do Império Otomano = 2,660,000</p> <p>População Arménia nos <i>vilayet</i> de Van, Erzurum, Bitlis, Mamuret-ul-Aziz, Diyarbakir, Adana, Trebizonda e Sivas = 1,660,000 (<i>i.e.</i>, para os mesmos <i>vilayet</i> que as estatísticas do governo Otomano de 1880 davam apenas 726,750 Arménios)</p>	<p>populacional desse período:</p> <p>Total da população Arménia que vivia em territórios do Império Otomano = 1,080,000</p>
1912 – Estatísticas do Patriarcado Arménio baseadas nos registos paroquiais:	1914 – Estatísticas do governo Otomano referentes ao «recenseamento» populacional desse ano:
Total da população Arménia que vivia em territórios do Império Otomano = 2,100,000	Total da população Arménia que vivia em territórios do Império Otomano = 1,170,000

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados recolhidos em Yves Ternon, *Les Arméniens. Histoire d'un génocide*, 2ª edição, Paris, Éditions du Seuil, 1996 e François Georgeon, *Abdülhamid II. Le Sultan Calife (1876-1909)*, Paris, Fayard, 2003

Nessa mesma altura começou também uma espécie de «guerra de estatísticas» entre o patriarcado arménio e governo otomano, sobre

quantos arménios viviam no Império Otomano em finais do século XIX e inícios do século XX. Note-se que esse cálculo tem uma importância directa não só para o correcto conhecimento da demografia otomana, como para as estimativas das vítimas dos acontecimentos de 1915-1917, como veremos mais à frente.

3. Na noite de 24 para 25 Abril de 1915 iniciou-se uma série de perseguições aos notáveis arménios em Constantinopla/Istambul, facto normalmente considerada como o início da tragédia. Coincidência, ou talvez não, nesse mesmo dia os exércitos britânicos e as tropas dos seus *dominions* da Austrália, Nova-Zelândia e Canadá, tinham começado a desembarcar na península de Galipolli, procurando controlar os estreitos nos Dardanelos. Na frente oriental, a ofensiva otomana de Dezembro de 1914 e Janeiro de 1915, efectuada no Leste da Anatólia e no Cáucaso contra os exércitos russos, saldou-se por um importante fracasso militar com a pesada derrota de Sarikamiş¹¹. Do lado turco, Enver, que no início da ofensiva otomana comandou directamente as operações no terreno, Talat, o Ministro do Interior e chefe da *gendarmerie*, e o general Halil Kut, comandante da Primeira Força Expedicionária, derrotado em Dilman, no Norte do Irão, acusam os arménios otomanos de terem contribuído para a derrota. Estes teriam efectuado deserções em massa para o exército russo e actuado em guerrilha, por detrás das próprias linhas otomanas, contra os seus exércitos.

Tanto quanto é possível saber-se houve de facto diversos batalhões de arménios a combater do lado russo. Todavia, esses batalhões eram na sua generalidade formados por arménios russos e arménios originários da diáspora, e não por arménios otomanos como sugeriam

¹¹ Como consequência, calcula-se que dos 90,000 homens do III exército otomano dirigidos pessoalmente por Enver, terão sobrevivido apenas cerca de 15,000, tendo os restantes morrido em combate, por doença, ou devido às condições climáticas extremamente adversas.

as acusações turcas. Por outro lado, importa notar que a conscrição universal introduzida pelo governo do partido *Ittihat ve Terakki*, mais conhecido como Comité para a União e o Progresso (CUP), e que levou à mobilização e incorporação nos exércitos otomanos de todos os arménios do sexo masculino entre os 15 e os 60 anos, parece ter sido também um dos meios utilizados para a sua eliminação física. Estes foram progressivamente integrados em pelotões de obras e trabalhos, onde andavam desarmados, sendo mais tarde executados por acções de alguns dos seus próprios colegas do exército, coadjuvados no terreno por bandos de irregulares que os atacavam durante as suas marchas.

Independentemente das circunstâncias reais no terreno, é um facto histórico incontroverso que a deportação dos arménios ocorreu, e que teve uma cobertura legal, ou seja, foi feita de acordo com um acto legislativo aprovado pelo governo otomano chefiado pelo grão vizir Sait Halim, sob proposta de Talat, enquanto Ministro do Interior. Na Lei Provisória de Deportação de 27 de Maio de 1915 pode ler-se o seguinte: «Artigo I. Em tempo de guerra, os comandantes do exército, de corpos do exército e de divisão, ou seus substitutos, tal como os comandantes de postos militares independentes que se vejam confrontados da parte da população com um ataque ou resistência armada, ou encontrem sob qualquer forma uma oposição às ordens do governo ou aos actos e medidas relativos à defesa do país e à salvaguarda da ordem pública, têm autorização de as reprimir imediatamente e vigorosamente através da força armada e de suprimir radicalmente o ataque e a resistência. Artigo II. Os comandantes do exército, de corpos do exército e de divisão podem, se as necessidades militares o exigirem, deslocar e instalar noutras localidades, separadamente ou conjuntamente, a população das cidades e vilas que eles suspeitem culpadas de traição ou de

espionagem»¹². Importa efectuar duas observações sobre este documento. A primeira é relativa ao carácter geral e abstracto do seu teor, como manda a boa técnica jurídica, onde não há qualquer referência explícita aos arménios, o que lhe dá um aspecto formal de lei equilibrada e não discriminatória. A segunda observação é a de que a avaliar pelos por diversos testemunhos locais e relatos diplomáticos, bem como pelas próprias notícias da imprensa turca, a operação de deportação foi posta em marcha no terreno várias semanas antes de a proposta de legislação ter sido enviada ao gabinete do vizir, criando Talat uma espécie de facto consumado, ao qual a aprovação da lei apenas veio dar cobertura *a posteriori*.

Na óptica habitual dos historiadores turcos esta decisão foi não só justificada «pelo terror arménio», como também foi de um cariz humanitário quase irrepreensível, atendendo às difíceis circunstâncias de guerra em que decorreu. Por exemplo, Türkkaya Ataöv afirma que «a verdade, documentada por abundantes fontes, é que foi o terror dos bandos arménios organizados, a sua co-acção com as tropas estrangeiras invasoras e a expulsão da população muçulmana que levou à decisão otomana de reinstalar os arménios nos territórios do Sul do Estado»¹³. Daí a justificação da necessidade da medida do governo otomano, tomada por Talat, o Ministro do Interior, que decidiu deslocar a totalidade da população arménia das zonas de guerra para as províncias otomanas da Mesopotâmia e da Síria, especialmente para a região de Zor, no coração do deserto sírio. Por sua vez, para o presidente da Sociedade de História da Turquia, Yusuf Halaçoğlu, «a deportação, claro, foi dolorosa. Deslocar milhares de pessoas repentinamente e realojá-las não é tarefa fácil. Todavia, o planeamento antecipado dos percursos e das áreas de paragem, o

¹² Yves Ternon, *Les Arméniens. Histoire d'un génocide*, 2ª edição, Paris, Éditions du Seuil, 1996, pag. 249.

¹³ Türkkaya Ataöv, *The "Armenian Question". Conflict, Trauma & Objectivity. SAM papers n.º 1/99*, Ankara: Ministry of Foreign Affairs-Center for Strategic Research, pag. 19.

amplo uso das estações de caminho de ferro e dos centros de despacho, o uso de comboios para transporte da maior parte dos deportados, distribuição de rações pelo Estado, a assistência de pessoal médico e de gendarmes nos pontos de partida, transformou a deportação no mais ordeiro movimento de população do século passado. Claro que durante a deportação, ocasionalmente grupos em movimento ficaram sob ataque de pessoas vingativas e cerca de 9-10.000 foram massacrados¹⁴».

Mas, se esta descrição de deportação feita Yusuf Halaçoğlu, que sugere uma espécie de operação humanitária, tem algum fundamento histórico, o que é que levou 1, 200,000 a 2,100,000 arménios, conforme as estimativas, praticamente a desaparecer do Império Otomano/Turquia? E os inúmeros documentos probatórios, incluindo fotografias e testemunhos conservados nos depósitos de arquivos ocidentais, seja dos países beligerantes com o Império Otomano, como a França, a Grã-Bretanha e a Itália, seja dos que eram seus aliados, como a Alemanha e a Áustria-Hungria que falam, sob diferentes formas, em atrocidades, em massacres horríveis e tentativas de extermínio de uma raça, ou seja, genocídio, na linguagem actual? Estas são certamente questões incómodas que provavelmente alguns historiadores turcos colocaram a si próprios e que, ao que tudo indica, estão na origem do afastamento da visão dos acontecimentos de 1915-1917 descrita por Türkkaya Ataöv e Yusuf Halaçoğlu.

Um dos primeiros dissidentes desta visão foi o professor da Universidade de Sabanci, em Istambul, Halil Berktaş, que denunciou a existência de uma «cortina de silêncio» que a República da Turquia

¹⁴ Yusuf Halaçoğlu, «Realities Behind the Relocation» in *Türkkaya Ataöv [ed.] The Armenians in the Late Ottoman Period*, 2ª edição, Ankara: The Council of Culture, Arts and Publications of the Grand National Assembly, 2001, pag. 140.

tinha lançado sobre o assunto, desde a sua fundação por Mustafa Kemal, em 1923. Numa entrevista ao jornal *Radikal* de Istambul e em resposta à questão «Como é que os arménios morreram? Quem os matou?» Halil Berktaş respondeu o seguinte: «Aqueles que deram a ordem deram-na através de um dispositivo especial: a Organização Especial [*Teskilât-i Mahsusa*]. Considere a Organização Especial uma mistura de *Susurluk* e *Hizbollah*. É entendido que Bahattin [Bahaeddin] Sakir, trabalhando para Enver, Cemal e Talat, e líder da organização, organizou pelotões especiais da morte e voluntários na região. Alguns destes voluntários usados para este efeito eram criminosos convictos, arrancados da prisão e salvos do enforcamento [...] Para além dessa gente, também fizeram as tribos muçulmanas, turcas e curdas, atacar os comboios de migrantes arménios. A estes massacres podem ser adicionadas as horríveis baixas causadas pelas condições miseráveis da migração forçada»¹⁵.

4. A qualificação a dar aos trágicos acontecimentos de 1915-1917 que acabamos de expor de forma sintética, está essencialmente dependente da resposta a três questões fundamentais: i) a deportação da população arménia pode ser justificada como uma necessidade militar imperiosa, decorrente dos acontecimentos da I Guerra Mundial? ii) quantas vítimas resultaram da deportação efectuada para a Mesopotâmia e para o deserto de Zor, na Síria? iii) qual foi a real intenção dessa deportação, ou seja, houve, ou não, uma tentativa de aniquilamento da população arménia, enquanto tal, que na linguagem do direito humanitário actual se chama genocídio?

Quanto à primeira questão, os dados disponíveis apontam para a existência de uma desproporcionalidade, por excesso, entre a medida

¹⁵ Ver entrevista a Halil Berktaş publicada no jornal *Radikal* de 30 de Junho de 2000. Utilizamos a tradução em língua inglesa desta entrevista, intitulada «A Special Organization Killed Armenians», feita por Marc David que está disponível no «site» do *Armenian, Assyrian and Hellenic Genocide News*, em <http://www.atour.com/~aahgn/news/20010105d.html>

de deportação e o problema militar no terreno. Desde logo porque não é líquido que os arménios otomanos estivessem a cometer importantes actos de guerrilha por detrás das linhas otomanas, nem a desertar em massa do exército imperial. Mas, mesmo admitindo como bem fundamentadas as acusações turcas, as deportações apenas poderiam ter uma justificação inteiramente militar, se fossem rigorosamente limitadas às populações que viviam nas zonas de guerra, o que não foi o caso. Estas verificaram-se em todo o território do Império Otomano, incluindo as cidades da Anatólia ocidental, embora aí as deportações de comunidades inteiras fossem excepcionais. Para além disso, houve a perseguição e massacre dos notáveis arménios de Constantinopla/Istambul. Quanto à segunda questão, pelos dados actualmente disponíveis é virtualmente impossível determinar com exactidão o número total de vítimas da deportação, até porque, conforme já vimos, é um facto controvertido o número de arménios que habitava o Império Otomano antes dos acontecimentos de 1915-1917. É também virtualmente impossível destringir, com total rigor, as vítimas que se devem a maus tratos, assassínios, execuções e massacres, daquelas que resultaram de escassez de alimentos, de doenças e da falta de cuidados médicos. O que se pode afirmar é que entre os historiadores não têm ligações conhecidas às partes em litígio nesta questão, existe um certo consenso em rejeitar o número habitualmente fornecido do lado turco, que é de 100,000 a 200,000 vítimas, bem como de considerar excessivos os números avançados do lado arménio, que falam de valores entre 1,500,000 a 2,000,000 vítimas. Com base neste critério poderá balizar-se entre 600,000 e 1,000,000 o número total de vítimas.

Em relação à terceira questão, que é a de saber qual a real intenção dessa deportação, a resposta mais sustentada historicamente aponta

para a existência de uma tentativa de erradicação da população arménia existente na Anatólia, que decorreu paralelamente à «operação oficial» de deportação. É importante realçar que os acontecimentos de 1915-1917 envolveram Enver, Talat e outras personalidades menores, não só enquanto membros do governo otomano, mas também enquanto líderes do CUP. Esse é o cerne da questão. Enver e Talat dispunham paralelamente das estruturas organizativa do partido e dos seus próprios elementos de confiança no terreno. Entre as estruturas paralelas à máquina oficial do Estado encontrava-se um grupo de oficiais voluntários e outros membros do exército, uma espécie de tropas de choque que desde a revolução de 1908 faziam o «trabalho sujo» no terreno, organizando acções de guerrilha, procurando suprimir movimentos separatistas, etc. Conhecida informalmente como a *Teskilât-i Mahsusa* (Organização Especial), esta organização foi formalizada em 1914 e colocada sob o comando directo de Enver. Embora os registos da *Teskilât-i Mahsusa* tenham sido destruídos e os arquivos do CUP se tenham perdido, existe um conjunto importante de documentos e testemunhos, incluindo nos arquivos alemães e austríacos, países aliados do Império Otomano durante a I Guerra Mundial, que apontam para que «um círculo restrito dentro do Comité para a União e o Progresso sob a direcção de Talat pretendeu “resolver” a Questão do Oriente pelo extermínio dos arménios usando a deportação como capa para essa política». Na sua execução no terreno «um determinado número de chefes provinciais do partido deu assistência a este extermínio, o qual foi organizado através do *Teskilât-i Mahsusa*, sob a direcção do seu director político, e membro comité do central do CUP, Bahaeddin Sakir»¹⁶ o qual o efectuou à margem das estruturas governamentais do Estado otomano.

¹⁶ Erik J. Zürcher, *Turkey. A Modern History*, London-New York: I. B. Tauris Publishers, 2ª edição revista, 1997, pag. 121.

No essencial, é também esta a tese histórica sustentada pelo sociólogo e historiador turco Taner Akçam¹⁷, que se distinguiu recentemente pela publicação de dois importantes trabalhos de investigação sobre os acontecimentos de 1915-1917, baseados em documentos existentes nos arquivos otomanos, alemães, franceses e britânicos. Na explicação da complexa cadeia de acontecimentos que levaram ao genocídio, Taner Akçam põe o dedo numa ferida particularmente sensível da memória colectiva turca e que explica a obstinação da República da Turquia em reconhecer o genocídio: «condenando a história à obscuridade, os turcos não se contentaram apenas em livrar-se de todos os seus fardos. Acreditam que criaram uma identidade nacional turca inteiramente nova. Com este propósito apagam todas as desagradáveis ligações entre o genocídio arménio e à República de hoje. Uma das razões chave para evitar os discursos sobre o genocídio e a repressão da história da República é precisamente a ligação entre os dois assuntos»¹⁸. A importância e as consequências desta ligação são também explicadas pelo mesmo historiador: «os organizadores iniciais do movimento nacional foram pessoas que participaram directamente no genocídio. Aqueles que puseram de pé as primeiras unidades das Forças Nacionais, em Mármara, no Egeu, no Mar Negro, e que tinham importantes posições nas mesmas, eram na sua maior parte procurados pelas forças de ocupação em Istambul, devido à sua participação no genocídio».¹⁹

Assim, por tudo o que foi analisado, pode afirmar-se que as dúvidas históricas que subsistem sobre aspectos particulares dos

¹⁷ Taner Akçam é actualmente professor e investigador do *Center for Holocaust and Genocides Studies* da Universidade de Minnesota, nos EUA. Tem dois trabalhos de fundo publicados sobre o genocídio arménio: *From Empire to Republic: Turkish Nationalism and the Armenian Genocide*, Zed Books, London-New York, 2004; e *A Shameful Act: The Armenian Genocide and the Question of Turkish Responsibility*, Henry Holt and Company, New York, 2006.

¹⁸ Taner Akçam, *From Empire to Republic: Turkish Nationalism and the Armenian Genocide*, pag. 237.

¹⁹ Taner Akçam, *op. cit. ant.*, pag. 239.

acontecimentos de 1915-1917, só por si não fornecem argumentos válidos para negar que os acontecimentos constituíram um tragédia humana de grandes proporções, a qual ultrapassou um «normal» acontecimento de guerra. Para além disso, se olharmos para o artigo 2º da Convenção para a Prevenção do Crime de Genocídio de 1948 das Nações Unidas, a qual diz que por genocídio se entendem «os actos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso como tal» e que esses actos são: i) a morte de membros do grupo; ii) atentado grave contra a integridade física ou mental de membros do grupo; iii) submissão intencional de membros do grupo a condições de existência que deverão levar à sua destruição física total ou parcial», não parecem existir argumentos substantivos para refutar que o seu dispositivo não contempla situações similares àquelas que afectaram os arménios. Isto, claro, se exceptuarmos «argumentos» estritamente legalistas do género *nullum crimen, nulla poena sine praevia lege poenali*, ou seja, de que a Convenção para a Prevenção do Crime de Genocídio sendo posterior à ocorrência dos acontecimentos 1915-1917, estes não podem ser considerados crime de genocídio porque na altura este não estava tipificado... Mas isso é tentar obscurecer a questão de fundo, que não é essencialmente jurídica, nem sequer política apesar das suas implicações óbvias neste campo, mas de responsabilidade moral e sobretudo de verdade histórica.